RESENHA

BEARZOTI FILHO, Paulo (2002). *Formação lingüística do Brasil*. Curitiba: Nova Didática. 91 pp.

Esta obra compõe-se de sete capítulos, escritos em linguagem clara e objetiva, assim distribuídos: 1) *História externa da língua portuguesa*, 2) *História interna da língua portuguesa*, 3) *O português e as línguas indígenas*, 4) *O português e as línguas africanas*, 5) *A formação do português brasileiro*, 6) *Características do português do Brasil*, 7) *O português entre as línguas do mundo e Referências bibliográficas*.

Mais pormenorizadamente, podemos assim descrevê-los: 1) *História externa da língua portuguesa* – em que se salientam os contextos culturais, históricos, sociais, políticos e econômicos que intervieram na formação e no desenvolvimento da língua portuguesa até o seu período clássico; 2) *História interna da língua portuguesa* – aqui são abordadas algumas das principais transformações por que passou o português, do período latino ao clássico; 3) *O português e as línguas indígenas* – em que são tecidas rápidas considerações sobre os grupos indígenas brasileiros, suas ligações com o colonizador português, e, em seguida, parte-se para uma cuidadosa análise da língua geral e de suas prováveis influências no português brasileiro; 4) *O português e as línguas africanas* – neste capítulo, abordam-se as relações entre Portugal e África, que desembocaram na escravidão no Brasil. Em seguida, questiona-se se houve no Brasil línguas gerais de base africana. Conclui-se com uma rápida descrição das pesquisas sobre línguas africanas “vivas” no Brasil e sobre a influência africana no português brasileiro; 5) *A*

formação do português brasileiro – este é o capítulo central da obra, discute-se a implantação do português no Brasil e sua institucionalização como língua nacional. É de se destacar a preocupação do autor em apresentar o trabalho do lingüista norte-americano Gregory Riordan Guy, que renovou a polêmica tese da origem crioula do português popular brasileiro; 6) *Características do português do Brasil* – em que se trata de peculiaridades significativas do português brasileiro, que possam fazer compreender os fatores internos que determinam sua evolução e que colocam em destaque semelhanças e diferenças com o português lusitano; e, finalmente, 7) *O português entre as línguas do mundo* – capítulo que visa a situar mundialmente a língua portuguesa, sem, contudo, se considerar aspectos da variação lingüística entre as falas dos países cuja língua oficial se diz portuguesa.

É de se destacar as interpretações feitas no Capítulo 3 – *O português e as línguas indígenas*, no qual o autor faz leituras muito competentes de textos clássicos, como o *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Aliás, todo o debate sobre a “criação” da língua geral é muito bem conduzido e não se deixa – em momento algum – contaminar por falsas generalizações, nem por discursos nacionalistas.

Igualmente, pode-se salientar o Capítulo 5 – *A formação do português brasileiro*, central para a obra, no qual o autor discute a implantação, formação e institucionalização do português como língua nacional. É ainda louvável o destaque dado ao trabalho, pouco divulgado para o grande público, do lingüista norte-americano Gregory Riordan Guy, que renovou a polêmica tese da origem crioula do português popular brasileiro.

Trata-se, ainda, de um trabalho muito interessante para os que se iniciam nos estudos do português brasileiro, dado que o autor condensa – com inegável habilidade – estudos já tidos como clássicos, a par de pesquisas recentes sobre esse tema, como salientou o prefaciador, o Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco.

Também é do Prof. Faraco esta justa observação: “Se os especialistas estão relativamente bem servidos de publicações, o mesmo não se pode dizer, contudo, do público em geral. Para este, têm faltado boas obras de divulgação daquele (desse) importante conhecimento científico.” Assim, essa obra vem preencher uma lacuna existente no mercado editorial e também fazer importante ligação entre a lingüística teórica sobre o português brasileiro e o público leitor não especialista.

Feitas essas considerações, destacaríamos 14 pontos que mereceriam ser revistos ou atualizados para uma futura reedição desse texto.

1) O mapa “Línguas Latinas na Europa” (p. 9) possui vários erros:

i) O sardo, que é falado na ilha da Sardenha, acaba por se tornar a língua de praticamente toda a Itália;

ii) Ao italiano sobra apenas uma pequeníssima área, ao norte do continente, que, na realidade, é território onde se fala o friulano;

iii) O rético – que seria chamado mais adequadamente reto-românico e no caso da variante suíça, romanche – cobre praticamente toda a Suíça, quando deveria ocupar apenas o cantão dos Grisões (e ainda não completamente), a leste do território suíço;

iv) O provençal, por sua vez, fica restrito à parte leste do território francês, quando deveria ocupar praticamente todo o sul desse território, convivendo atualmente com o francês. Além disso, na Córsega, além do francês convive um dialeto italiano, o corso.

Também no mapa da página 88, a região da Galiza aparece marcada com o número “8”, que equivale, na legenda, a Macau - China.

2) “Os mais antigos textos conhecidos em galego-português datam do início do século XIII⁴.” (p. 13)

A nota feita pelo autor em “século XIII⁴”, na citação acima, é a seguinte: “Há polêmica sobre qual o texto mais antigo em galego-

português. Seguimos aqui o parecer de TEYSSIER *op. cit.*, p. 126, nota 9.”

O autor mostra-se cauteloso ao afirmar qual o texto mais antigo em galego-português, admitindo, talvez implicitamente, reflexões já feitas por EMILIANO (2001).

Entretanto, Maria Helena Mira Mateus e Ernesto d' Andrade não hesitaram em mencionar a *Notícia de fiadores* como um dos textos portugueses mais antigos no capítulo introdutório do seu livro *The phonology of portuguese*, em que se pretende dar uma breve panorâmica da história da língua portuguesa: “Earlier texts written in Portuguese date back to 1175 – *Notícia de Fiadores* – and 1214-16 – *Notícia do* [sic] *Torto* and the *Testamento de D. Afonso II*” MATEUS & ANDRADE (2000:2). Mais recentemente, o Instituto Camões, na sua *Agenda 2001*, apresentou uma reprodução fac-similada da *Notícia de fiadores* com a legenda “*Notícia de fiadores* (1175), o mais antigo texto conhecido escrito em português” (*Agenda 2001*, pág. s.n.). Ainda a mesma instituição organizou uma exposição em finais do mesmo ano, com o nome “Tempo da língua: imagens da história da língua portuguesa”, em cujo catálogo, assinado por CASTRO, MARQUILHAS & ALBINO (2001), a *Notícia de fiadores* – reproduzida em fac-símile – é classificada como um dos “mais antigos textos escritos em português”, a par da *Notícia de Torto* e do *Testamento de D. Afonso II*.

Dado o impasse, restaria, por conseguinte, remeter o leitor a essa bibliografia.

3) “A função sintática de objeto indireto, por exemplo, poderia ser expressa em latim apenas pela terminação do nome. Em português, no entanto, faz-se necessário o emprego de preposições com *a*, *de* ou *para*.” (p. 17)

Existe em português um estatuto sintático diferente para o objeto indireto e para o complemento oblíquo.

A preposição “a” é típica introdutora do objeto indireto em português. Mais raramente, pode ocorrer também a preposição “para” Exemplos:

i) Enviaram o presente de aniversário à aniversariante.

“à aniversariante”, nessa sentença, é pronominalizável por “lhe” Assim, teríamos “Enviaram-lhe o presente de aniversário”

ii) Dei o livro de receitas para a Joana.

“para a Joana!”, nessa outra sentença, também é pronominalizável por “lhe” Assim, teríamos “Dei-lhe o livro de receitas”

Já a preposição “de” pode ser introdutora de um complemento verbal preposicionado, chamado de complemento oblíquo ou complemento relativo (como querem os gramáticos Carlos Henrique da Rocha Lima e Evanildo Bechara). Exemplo:

iii) Todos gostaram da secretária.

Nesse caso, o complemento “da secretária” não é pronominalizável por “lhe”, e sim pela preposição “de” + o pronome pessoal “ela”: “Todos gostaram dela”

Os complementos verbais introduzidos pela preposição “de” têm, portanto, um estatuto sintático diferente dos introduzidos pela preposição “a” ou “para” Não podem, conseqüentemente, ser colocados sob a mesma nomenclatura sintática.

4) “Os futuros latinos, por exemplo, desapareceram do português medieval. A função de expressar o tempo futuro foi preenchida, então, por locuções com o verbo auxiliar *haver*, como *vencer hei* (= *hei de vencer*) e *vencer hia* (em que a forma *hia* é redução de *havia* = *h(av)ia de vencer*), que evoluíram para as formas modernas *vencerei* e *venceria*.” (p. 18)

4.1) “Na fala corrente do Brasil, contudo, frases com esse padrão são relativamente raras. O mais normal seria ouvirmos:

(4b) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado por ela.

Ou ainda:

(4c) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado.

Nesses enunciados, o pronome relativo que ‘esvazia-se’ de significado, passa a funcionar como um termo mais gramatical, semelhante à conjunção integrante das orações substantivas. É o que alguns autores denominam pronome relativo lembrete.” (p. 76)

O autor deveria ter explorado, nesses dois trechos, a noção de gramaticalização, programa de investigação muito produtivo da lingüística atual. Seria interessante salientar a abrangência desse fenômeno lingüístico, que começou a ser debatido pelo lingüista francês Antoine Melleit em seu brilhante ensaio *L'évolution des formes grammaticales* (1912).

5) “No tocante à representação ortográfica dos fonemas, o que nos chama a atenção é a ausência quase completa de motivação etimológica no alfabeto latino. [...] Em comparação com o nosso, o sistema ortográfico latino parece gerar menos dúvidas.” (p. 18)

Não há relação direta entre ortografia e etimologia (“motivação etimológica”, nas palavras do autor), como sugerida no trecho acima. Também, sob um olhar científico, é complicado afirmar que um sistema ortográfico é mais profícuo que outro. As línguas são auto-reguláveis e procuram “sanar suas deficiências”

6) “Por exemplo, *luna* foi pronunciada *luna*, depois (*sic*) *lua*, antes de, finalmente, derivar para a forma moderna *lua*.” (p. 24)

Nesse trecho, o til (˘) não deveria estar sobre o “s” de “depois”, e sim sobre o “u” de *lua* (> *lua*). Naturalmente, um pequeno problema de impressão.

7) “Se bem que raros, há também adjetivos de origem árabe, como mesquinho e baldio, e uma preposição, até.” (p. 28)

A origem árabe da preposição “até” vem sendo questionada há algum tempo. Serafim da Silva Neto, em SILVA NETO (1958), admite parcialmente a origem árabe, ao lado do étimo *ad tenus*, que explicaria (segundo uma forma hipotética *adtenes) formas nasaladas como *atões*.

Já VIARO (1995) sustenta que a preposição “até” viria do *intra/intro* latinos, uma vez que ao lado das formas *ata, até, atões*, encontram-se, nas Cantigas de Santa Maria, outras: *tra, tro, trões*.

8) “Essa fase [de influência do espanhol] deixou marcas na fraseologia portuguesa, como talvez seja o caso de certa tendência que vê como mais culto o emprego da preposição *a*, mesmo quando ela não é obrigatória (amar a Deus, respeitar ao próximo).” (p. 29)

Fica difícil sustentar a hipótese da influência da língua espanhola na formação de alguns objetos diretos preposicionados em português. Pela leitura do clássico MEYER-LÜBKE (1900, p. 387), vemos tratar-se de fenômeno que ocorre em outras línguas ou dialetos românicos, além do Português e do Espanhol: “*En dehors de l’Espagne on rencontre a en Sicile, en Calabre, à Lecce, dans les Abruzzes et à Rome: cf. en sic. illu ceca lu homu si ki illu non connosci a si (Libr. Viz. 16), l’aviti vistu a me frati (Fiabe 47), en calabr. piyya a fratetta, kyama a Maria, en abruz. a tte te piglia (Trad. 57), en rom. sentiteme a me (Belli 2, 8), me konoše a mme (ils me connaissent).*”

Também documenta MEYER-LÜBKE (1900, p. 388): “[...] *mais voici maintenant que nous trouvons aussi cet emploi entièrement isolé dans l’ENGADINE et la vallée de Münster: amar a Dieu sur tottas chiasas e al prossem sco a nu, et ici encore surtout avec le pronom.*”

Já o romeno também marca o objeto direto de nomes próprios com uma preposição *pe* < *per*, como em *am vazut pe Maria*: “vi Maria”

9) No subcapítulo “A língua geral paulista” (p. 39), o autor cita Sérgio Buarque de Hollanda e Teodoro Sampaio para apoiar sua argumentação sobre essa língua geral de base tupi.

Seria frutífero levantar as considerações feitas por John Manuel Monteiro, em especial MONTEIRO (1994, p. 164-5), nas quais o autor lança boas hipóteses sobre esse tema ainda pouco explorado. MONTEIRO (1994, p. 164) sustenta que observadores portugueses da época colonial facilmente confundiam o português da época, “corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte”

Essas considerações seguramente poriam por terra muitas explicações repetidas à exaustão (e provavelmente erradas) sobre esse assunto.

10) “A observação, porém, de que os bandeirantes empregavam a língua geral mais do que o Português se popularizou a partir da importante obra de Teodoro Sampaio, **O tupi na geografia nacional** (1928).” (p. 39)

Estudos recentes, como o de PRADO (1998, p. 65-75), pesquisadora do Projeto Filologia Bandeirante, mostram que esse assunto ainda é controverso. Segundo a autora, há basicamente três posições sobre a língua falada pelos bandeirantes: i) os bandeirantes possuíam um dialeto próprio, ii) os bandeirantes falavam a língua tupi (poderíamos encaixar essa opinião no terceiro subgrupo) e iii) os bandeirantes falavam a língua geral.

À guisa de exemplo, transcrevemos depoimento do Prof. Dr. Heitor Megale, da Universidade de São Paulo, à *Revista Pesquisa Fapesp* (2002), sobre documentação da grande bandeira de 1674, marcha iniciada por 40 homens liderados por Fernão Dias Paes: “Não há outra língua que não o português nos documentos, uma indicação de que os bandeirantes dominavam até a escrita. Havia assinaturas de ‘entrantes’ e transcrição de suas falas pelos tabeliões, nos livros de registros.”

Ainda sobre essa bandeira de 1674, ressalta LOPES (2002): “De acordo com os pesquisadores, dois fatos revelados pelos documentos lançam dúvidas sobre a hipótese da ‘língua geral’: há pouquíssimo registro de palavras indígenas, exceto nos nomes de lugares.”

Até o presente momento da pesquisa, não há evidências de que os componentes dessa bandeira, em particular, usavam a língua geral.

11) “O estudo mais completo sobre o assunto é o valioso **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi** (1976), de Antônio Geraldo da Cunha, em que constam cerca de 1300 vocábulos básicos [...]” (p. 43)

A primeira edição desse dicionário saiu, efetivamente, em 1978, conforme nota introdutória da 5ª ed. dessa mesma obra, lançada em 1999: “Em 1976, na Introdução que preparamos para este Dicionário, cuja primeira edição foi publicada dois anos depois [...]” (p. 320).

Essa citação feita pelo autor, CUNHA (1976), também não confere com a da bibliografia (p. 89), em que aparece o mesmo livro como CUNHA (1998).

12) “Politicamente, essa seria, aliás, a melhor postura. De nada nos valeria o esforço em favorecer o incremento das diferenças entre os dois falares [a saber, PE x PB]. Melhor, para a sobrevivência da língua portuguesa no mundo globalizado (em que predomina o inglês), que esta mantenha os meios de contato entre as várias populações nacionais que a utilizam.” (p. 61)

O autor, neste trecho, “rema contra a corrente” da deriva lingüística, na medida em que não se pode estancar a variação e eventuais mudanças de uma língua, exposta a novo contexto social, econômico e político, como foi e é o caso do Brasil. Como bem afirma CAMACHO (1998, p. 29): “Os membros de uma nação, ligados por traços socioculturais, econômicos e políticos, tradicionalmente firmados, **identificam-se e distinguem-se dos membros de outra**

pelo seu instrumento de comunicação, além, evidentemente, de outros traços até mais importantes.” (Negrito nosso)

13) “Essa é ‘hierarquia política das línguas’ apresentada por Antônio Houaiss. Difícil avaliar em que medida é exata. Pode trazer imprecisões ou mesmo ser contaminada por alguma visão ideológica sobre as línguas ou as nações envolvidas. A notável autoridade moral e intelectual de seu elaborador, contudo, respalda nossas reflexões.” (p. 84; sublinhado nosso)

Seguramente, Antônio Houaiss foi uma personalidade ímpar na Filologia brasileira. Entretanto, “autoridade moral e intelectual” não nos parece respaldar uma argumentação científica, que deveria seguir a formulação da “hierarquia política das línguas”

14) “Potencialmente, o incremento das comunicações pode criar esses necessários meios de contato [entre Brasil e Portugal]. Na prática, entretanto, o que se tem visto é que o processo de globalização mais favorece o inglês, língua da nação capitalista mundialmente hegemônica.

Nesse quadro, é desejável favorecer a maior interação dos povos falantes do português ou de suas variedades como forma de afirmação de nossa especificidade lingüística e cultural.” (p. 87)

Naturalmente, essa interação seria desejável, o que reforçaria entre outras a lusofonia no mundo moderno. No entanto, a interação entre os povos pauta-se mais por relações socioeconômicas do que lingüísticas.

Mesmo com esses reparos, concluímos – reafirmando a boa qualidade desse trabalho, pela riqueza das informações científicas, didática e cuidadosamente transpostas. É um trabalho de divulgação sério, que merece ser lido.

Esperamos ainda que, com a iniciativa do Prof. Bearzoti, + mais pesquisadores sintam-se estimulados a divulgar ao grande

público os estudos e as pesquisas lingüísticas sobre o português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- CAMACHO, Roberto G. (1998). A variação lingüística. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio: coletânea de textos*. São Paulo: SE/CENP, v. 1.
- CASTRO, IVO; MARQUILHAS, Rita & ALBINO, Cristina (2001). *Tempo da língua: imagens da história da língua portuguesa*. Lisboa: Instituto Camões.
- EMILIANO, Antônio H. A. Sobre a questão d'os mais antigos textos escritos em português. In.: CASTRO, IVO; DUARTE, Inês (Ed) (2001). *Razões e emoção: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*. Versão preliminar, http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/Emiliano2003_Mateus.pdf. 5.1.2003
- LOPES, Reinaldo José (2002). *A língua portuguesa falada pelos bandeirantes*. Folha de S.Paulo, Caderno Mais!, 10 de março.
- MATEUS, Maria Helena; ANDRADE, Ernesto d' (2000). *The phonology of Portuguese*. Oxford University Press.
- MEILLET, Antoine (1912). L'évolution des formes grammaticales. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion (1958).
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1900). *Grammaire des langues romanes*. Paris: H. Welter, t. III.
- MONTEIRO, John M. (1994). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- PRADO, Soelis Teixeira do. Que língua falavam os bandeirantes na região das Minas Gerais? In: MEGALE, Heitor (Org.) (2000). *Filologia bandeirante: estudos 1*. São Paulo: Humanitas.
- Revista Pesquisa Fapesp* (2002). Linguagem bandeirante ainda é um mistério, n. 72, fevereiro.
- SILVA NETO, Serafim da (1958). História da preposição portuguesa até. *Etymologica Festschrift für Walther von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag*. Tübingen: M. Niemeyer, p. 751-61.
- VIARO, Mário E. (1995). Sobre a presença de *tenus* no Ibero-Romance. *Confluência - Boletim do Departamento de Lingüística*. Assis: UNESP, 4, p. 269-77.

Marcelo Módolo
Pós-graduando de Filologia e Língua Portuguesa
DLCV-FFLCH/USP